

JUCEC

044597

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E
GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
VENTOS DE SÃO TOMÉ HOLDING S.A.**

Entre

VENTOS DE SÃO TOMÉ HOLDING S.A.
como Emissora,



PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário

e

**VENTOS DE SANTA BRÍGIDA I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., VENTOS DE
SANTA BRÍGIDA II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., VENTOS DE SANTA BRÍGIDA
III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., VENTOS DE SANTA BRÍGIDA IV ENERGIAS
RENOVÁVEIS S.A., VENTOS DE SANTA BRÍGIDA V ENERGIAS RENOVÁVEIS
S.A., VENTOS DE SANTA BRÍGIDA VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E VENTOS
DE SANTA BRÍGIDA VII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

Como Fiadoras,

e, ainda,

**SALUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES E
VENTOS DE SANTA BRÍGIDA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**
como Intervenientes Anuentes

13 de junho de 2014

2 10 6

JUCEC

044597

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA VENTOS DE SÃO TOMÉ HOLDING S.A.



Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

VENTOS DE SÃO TOMÉ HOLDING S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 92, CEP 61.939-906, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.675.033/0001-09, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, Bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social, representando a comunhão dos debenturistas ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes"); e

VENTOS DE SANTA BRÍGIDA I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 142, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.875.304/0001-03, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social ("SPE I");

VENTOS DE SANTA BRÍGIDA II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 139, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.875.194/0001-71, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social ("SPE II");

VENTOS DE SANTA BRÍGIDA III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 140, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.875.184/0001-36, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social ("SPE III");

VENTOS DE SANTA BRÍGIDA IV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 141, CEP 61.939-906, inscrita no

2
2 6

JUCEC

044597

CNPJ/MF sob o nº 17.875.122/0001-24, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social ("SPE IV");

VENTOS DE SANTA BRÍGIDA V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 143, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.875.103/0001-06, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social ("SPE V");



VENTOS DE SANTA BRÍGIDA VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 146, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.875.341/0001-03, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social ("SPE VI");

VENTOS DE SANTA BRÍGIDA VII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 155, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.875.270/0001-49, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social ("SPE VII") e, em conjunto com SPE I, SPE II, SPE III, SPE IV, SPE V e SPE VI, simplesmente "SPEs" ou "Fiadoras";

e, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes,

SALUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.589.223/0001-00, administrado pelo Banco Petra S.A., instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11ª andar, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 11.758.41/0001-52, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social ("Salus FIP") e

VENTOS DE SANTA BRÍGIDA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 46, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.329.870/0001-50, neste ato representado nos termos de seu estatuto social ("Santa Brígida");

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Ventos de São Tomé Holding S.A. ("Debêntures" e "Escritura de Emissão", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

JUCEC



044597

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures ("Emissão") e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), bem como a outorga das garantias constituídas em favor dos Debenturistas, conforme Cláusula 4.9 abaixo, serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 13 de junho de 2014 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Emissora.

1.2. A alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Emissora será realizada com base na deliberação da (i) assembleia geral de quotistas do Salus FIP, realizada em 13 de junho de 2014 ("AGC Salus FIP"), e (ii) reunião de diretoria da Santa Brígida, realizada em 13 de junho de 2014 ("RD Santa Brígida").

1.3. A alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da SPE I, SPE II, SPE III, SPE IV, SPE V, SPE VI e SPE VII serão realizadas com base na deliberação da AGE.

1.4. As fianças a serem outorgadas pelas SPEs serão outorgadas com base nas Reuniões de Diretorias realizadas por cada uma das SPEs em 13 de junho de 2014 ("Reuniões de Diretoria").

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará ("JUCEC") e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará ("DOECE"), nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. As atas da AGC Salus FIP e RD Santa Brígida de que trata a Cláusula 1.2 acima serão, respectivamente, registradas nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná; e arquivada na JUCEC, e publicadas, respectivamente, no Diário Oficial do Estado do Paraná ("DOEPAR") e no DOECE.

2.1.1.3. As atas das Reuniões de Diretoria, de que trata a Cláusula 1.4 acima, serão arquivadas na JUCEC, e publicadas no DOECE.



JUCEC

044597

2.1.2. Arquivamento da Escritura de Emissão

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser (i) arquivados na JUCEC, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu §3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo a respectiva Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCEC, serem enviados, tempestivamente, pela Emissora ao Agente Fiduciário; e (ii) registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Comarca da Cidade de Maracanaú, Estado de Ceará.

2.1.2.2. Após a realização dos registros mencionados na cláusula 2.1.2.1 acima deverá ser entregue ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, arquivados e registrados tempestivamente após a data do efetivo arquivamento e registro.

2.1.3. Registro na CVM

2.1.3.1. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP")

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.6.2 a 3.6.4 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.5.1. Nos termos do artigo 1º, §1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 3 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA"), a Oferta está automaticamente dispensada de registro pela ANBIMA. Não obstante, a Oferta será registrada na ANBIMA apenas com o intuito de envio de dados para a base de dados da ANBIMA, de acordo com o disposto no artigo 1º, §2º, do Código ANBIMA, desde que a ANBIMA tenha divulgado a forma pela qual esse registro deverá ser feito.

JUCEC

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO



044597

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de (a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco, (b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital, (c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Montante da Emissão

3.3.1. O montante total da emissão será de até R\$190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.4.1. O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 atuará como banco liquidante ("Banco Liquidante") e a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, atuará como escriturador mandatário das Debêntures ("Escriturador Mandatário").

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos captados por meio desta Emissão serão integralmente destinados para construção e implantação das centrais geradoras eólicas denominadas EOL Ventos de Santa Brígida I, EOL Ventos de Santa Brígida II, EOL Ventos de Santa Brígida III, EOL Ventos de Santa Brígida IV, EOL Ventos de Santa Brígida V, EOL Ventos de Santa Brígida VI e EOL Ventos de Santa Brígida VII, conjuntamente denominadas "Complexo Eólico CAETÉS", localizadas nos Municípios de Paranatama, Pedra e Caetés, no Estado

JUCEC

044597

de Pernambuco, bem como a construção e implantação dos respectivos sistemas de transmissão associados ("Projeto").

3.6. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica



3.6.1. As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do CETIP²¹, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

3.6.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor qualificado, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento pela Emissora do disposto no artigo 17 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, de acordo com o artigo 15 da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto no §1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.6.3. Conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

3.6.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador

044597

Líder") e do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

3.7.2. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura, pelos Coordenadores, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

3.7.3. No ato de subscrição das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM nem perante a ANBIMA, observado o disposto no artigo 1º, §2º, do Código ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) as Garantias Reais (conforme abaixo definido) são compartilhadas com os outros credores da Companhia; e (iv) efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias Reais, da Fiança e da Fiança Salus FIP (conforme abaixo definidos).

3.7.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.7.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.7.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o plano de distribuição descrito no Contrato de Distribuição e nesta Escritura de Emissão.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas até 19.000 (dezenove mil) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.4. Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 13 de junho de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo de vencimento das Debêntures será de 1 (um) ano contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de junho de 2015 ("Data de Vencimento"), observadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.4 abaixo, ou de resgate nos termos das Cláusulas 5.1, 5.2 e 5.3 abaixo.

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.8. Conversibilidade e Permutabilidade

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

4.1.9. Espécie

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real e fidejussória adicional, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.



4.1.10. Forma de Subscrição

4.1.10.1. As Debêntures serão subscritas por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

4.1.11. Preço de Subscrição e Integralização.

4.1.11.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas a qualquer momento ("Data de Integralização") a vista, em moeda corrente nacional, a partir da data de início de distribuição, de acordo com os procedimentos de liquidação aplicáveis da CETIP, sendo que as Debêntures serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido), calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data da Emissão até a data da efetiva integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

**4.2. Atualização Monetária do Valor Nominal**

4.2.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures.

4.3. Remuneração**4.3.1. Juros Remuneratórios**

4.3.1.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") correspondente à variação percentual acumulada de 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, "*over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 2,35% (dois inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento ou, conforme o caso, até a data de vencimento antecipado ou do resgate das Debêntures, de acordo com a fórmula abaixo ("Juros Remuneratórios"):

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

Onde:

JUCEC

044597

J = Valor dos Juros devidos na Data de Vencimento, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido do *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = (\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$$

Onde:

Fator DI = Produtório das Taxas DI, da Data de Emissão, inclusive, até a data do cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

Onde:

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 (um) até "n";

n = número total de Taxas DI, consideradas desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro (a Taxa DI é válida por um Dia Útil);

Fator *Spread* = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:



$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

044597

Onde:

Spread = 2,3500 (dois inteiros e trinta e cinco centésimos);

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão das Debêntures ou último pagamento, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Observações:

- O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$ sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.3.1.2. Se, na data de pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.3.1.3, 4.3.1.4 e 4.3.1.5 abaixo.

4.3.1.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial ("Evento de Ausência da Taxa DI"), a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado judicial ou legalmente para tanto, conforme o caso. No caso de não haver o substituto

judicial ou legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados do Evento de Ausência da Taxa DI, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para os Debenturistas definirem, em comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado, observado o disposto na Cláusula 4.3.1.4 abaixo. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

4.3.1.4. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.8 abaixo, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), qual a alternativa escolhida dentre: (i) resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios será utilizado para a apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Escritura de Emissão para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios; ou (ii) apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida a exclusivo critério dos Debenturistas reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), de acordo com o estabelecido na Cláusula 8 abaixo, sendo que a taxa de remuneração substituta, exclusivamente para fins de amortização, definida na referida Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) deverá refletir os parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Caso a taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI. Caso a

JUCEC

044597

Emissora não aprove a taxa substituta dos Juros Remuneratórios nos termos deste item (ii), aplicar-se-ão os procedimentos previstos no item (i) acima.



4.3.1.5. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), a referida assembleia geral não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até a data da divulgação.

4.3.1.6. Para efeitos de constituição de quórum desta Emissão, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) ou controladas da Emissora e (c) administradores da Emissora, de seus controladores ou de suas controladas, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

4.4. Repactuação

4.4.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.5. Pagamento do Valor Nominal Unitário

4.5.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago integralmente em uma única parcela, na Data de Vencimento, ou na data de eventual resgate antecipado facultativo, resgate antecipado obrigatório ou vencimento antecipado.

4.6. Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.6.1. Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos integralmente em uma única parcela, na Data de Vencimento, ou na data de eventual resgate antecipado facultativo, resgate antecipado obrigatório ou vencimento antecipado.

JUCEC



044597

4.7. Condições de Pagamento

4.7.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.7.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.7.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.7.2. Prorrogação dos Prazos

4.7.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.7.3. Encargos Moratórios

4.7.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.7.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

JUCEC



044597

4.7.4.1. Sem prejuízo do disposto na Clausula 4.7.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da Remuneração.

4.8. Publicidade

4.8.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas serão publicados no jornal de grande circulação no qual a Emissora realiza suas publicações, sendo certo que, caso ela altere seus jornais de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos debenturistas informando o novo veículo, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.9. Garantias

4.9.1. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Obrigações Garantidas") a Emissão contará com as seguintes garantias:

4.9.1.1. Garantias Reais

(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade das SPEs sobre todos os direitos emergentes das autorizações expedidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), quais sejam, (a) SPE I autorizada por meio da Portaria nº 81, de 25 de fevereiro de 2014, (b) SPE II autorizada por meio da Portaria nº 79, de 25 de fevereiro de 2014; (c) SPE III autorizada por meio da Portaria nº 69, de 21 de fevereiro de 2014; (d) SPE IV autorizada por meio da Portaria nº 86, de 25 de fevereiro de 2014; (e) SPE V autorizada por meio da Portaria nº 19, de 25 de fevereiro de 2014; (f) SPE VI autorizada por meio da Portaria nº 68, 21 de fevereiro de 2014; e (g) SPE VII autorizada por meio da Portaria nº 125, de 25 de março de 2014 (em conjunto, "Autorizações"), conforme termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de

Direitos Creditórios (Outorga), a ser celebrado entre as SPEs, o Agente Fiduciário, e outros credores da Emissora ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (Outorga)" e "Cessão Fiduciária de Diretos Creditórios");

(ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios futuros de titularidade das SPEs sobre todas os direitos de eventuais indenizações no âmbito (a) de cada um dos 7 (sete) *Contract for the Sale of Power Generation Equipment and Related Services Including Transportation and Erection*, celebrados em 1º de novembro de 2013 e aditados em 12 de maio de 2014, cada um dos acima citados celebrados entre a General Electric Energy do Brasil – Equipamentos e Serviços de Energia Ltda. e cada uma das SPEs ("Contratos para a Venda de Equipamentos"); (b) do Contrato de Engenharia e Construção Civil em Regime de Empreitada por Preço Global do Complexo Eólico Caetés celebrado entre as SPEs e a Lomac Locação e Construção Ltda., em 9 de abril de 2014 e aditado em 22 de abril e 30 de abril de 2014 ("Contrato de Engenharia e Construção Civil"); (c) Contrato de Engenharia, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento em Regime de Empreitada por Preço Global para a Implantação do Conjunto Eletromecânico do Complexo Chapada Caetés, celebrado entre as SPEs e a Alstom Grid Energia Ltda., em 31 de março de 2014 ("Contrato de Engenharia, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento"); (d) do Contrato de Engenharia, Construção Civil, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento em Regime de Empreitada por Preço Global Para a Implantação da Linha de Transmissão do Complexo Caetés, celebrado entre a Emissoras as SPEs e a Construtora Sucesso S.A., em 11 de abril de 2014 ("Contrato de Engenharia, Construção Civil, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento"); (e) de cada um dos 7 (sete) *Operations Support Agreement*, celebrados em 15 de abril de 2014, cada um dos acima citados celebrados entre a General Electric Energy do Brasil – Equipamentos e Serviços de Energia Ltda. e cada uma das SPEs ("Contratos de Apoio às Operações"), e (f) das apólices de seguro firmadas com Argo Seguros Brasil S.A., Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. e Itaú Seguros S.A., e eventuais novas apólices de seguro que venham a ser contratadas pela Emissora e/ou por qualquer das SPEs no âmbito do Projeto ("Apólices de Seguros" e, quando em conjunto com Contrato de Engenharia e Construção Civil, Contrato de Engenharia, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento, Contrato de Engenharia, Construção Civil, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento e Contratos de Apoio às Operações, "Contratos do Projeto"), conforme termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Futuros, a ser celebrado entre as SPEs, o Agente Fiduciário das Debêntures, e outros credores da Emissora ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Futuros" e "Cessão Fiduciária de Diretos Creditórios Futuros"); e

(iii) alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social (a) da Emissora, detidas atualmente por Salus FIP e Santa Brígida; e (b) de cada uma das SPEs, detidas atualmente pela Emissora, quer existentes ou futuras, todos os



044597

frutos, rendimentos, preferências e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), direitos de subscrição em aumentos de capital, todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas às acionistas da Emissora ou das SPEs, conforme o caso, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora ou das SPEs, conforme o caso, e de titularidade das acionistas da Emissora ou das SPEs, conforme o caso, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, incorporação de ações, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ou as SPEs, conforme o caso ("Ações Oneradas"), nos termos dos Instrumentos Particulares de Alienação Fiduciária de Ações, celebrados entre a Salus FIP, determinados credores da Emissora, o Agente Fiduciário e a Emissora, na qualidade de intervenientes anuentes ou entre a Emissora, determinados credores da Emissora, o Agente Fiduciário e cada SPE, na qualidade de intervenientes anuentes, a serem celebrados entre as respectivas partes ("Instrumentos de Alienação Fiduciária de Ações" e "Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente, e, quando em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Cessão Fiduciária de Diretos Creditórios Futuros, "Garantias Reais" e, quando em conjunto com Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contrato de Cessão Fiduciária de Diretos Creditórios Futuros, doravante denominados "Instrumentos de Garantia").

4.9.1.2. Garantias Reais Adicionais. Adicionalmente, as Debêntures deverão contar com as seguintes garantias reais adicionais:

(i) alienação fiduciária dos equipamentos a serem entregues no âmbito dos Contratos para a Venda de Equipamentos,, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia, a ser celebrado entre as SPEs, determinados credores da Emissora e o Agente Fiduciário, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da Data de Emissão ("Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia"), conforme Anexo I desta Escritura de Emissão;

(ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade das SPEs sobre todos os direitos presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos direitos de crédito decorrentes dos Contratos de Energia de Reserva ("CERs"), garantia esta a ser celebrada no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da Data de Emissão, no âmbito do Projeto, bem como os direitos emergentes decorrentes dos CERs, conforme termos previstos (a) no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos

Creditórios (PPA), a ser celebrado entre as SPEs, o Agente Fiduciário e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (PPA)"); bem como (b) no Contrato de Administração de Contas, a ser firmado entre as SPEs, o Agente Fiduciário e a instituição a ser contratada como administradora das contas centralizadoras de tais direitos creditórios, ("Cessão Fiduciária de Diretos Creditórios" e, quando em conjunto com Alienação Fiduciária de Bens Móveis em garantia, "Garantias Reais Adicionais"), conforme Anexo II desta Escritura de Emissão.

4.9.1.3. A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar aditamentos a presente Escritura de Emissão ("Aditamentos") para formalizar a constituição das Garantias Reais Adicionais descritas na Cláusula 4.9.1.2 acima, ficando desde já estabelecido que não será necessária qualquer deliberação da Emissora, das SPEs ou realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação dos Aditamentos.

4.9.1.4. O registro dos Aditamentos mencionados na Cláusula 4.9.1.3 acima deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de celebração dos respectivos instrumentos, na JUCEC e nos Cartórios de Títulos e Documentos competentes, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures. Adicionalmente, a formalização das Garantias Reais Adicionais ocorrerá mediante o registro dos respectivos contratos de garantia nos Cartórios de Títulos e Documentos indicados nos respectivos instrumentos.

4.9.1.5. Para fins da presente Escritura, uma vez formalizadas as garantias reais adicionais, na forma no disposto na Cláusula 4.9.1.4 acima, a Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia e a Cessão Fiduciária de Diretos Creditórios serão considerados para fins da definição de "Garantias Reais" e, seus respectivos contratos para fins da definição de "Instrumentos de Garantia".

4.9.2. Fica, desde já, certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução de quaisquer Garantias Reais constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.9.3. No exercício de seus direitos, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar as Garantias Reais, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral das Obrigações Garantidas.

4.9.4. As Garantias Reais referidas acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora, vigendo até a integral liquidação das Obrigações

044597

Garantias
nais partes
2º RTDPJ
everão ser
acatado CE

(v) evidência, por meio de notificação ao Agente Fiduciário nos termos do Anexo III desta Escritura de Emissão, de que o montante a ser liberado na primeira parcela do Empréstimo BNDES Longo Prazo e/ou no âmbito das Debêntures de Longo Prazo, em conjunto com a posição de caixa da Emissora e SPEs, seja suficiente para resgate integral das Debêntures e para o pagamento antecipado integral do Contrato de

JUCEC

044597

Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0290.1 ("Contrato Financiamento BNDES").

4.9.6.1. Na hipótese de verificação das condições acima pelos Debenturistas reunidos em assembleia, representando, no mínimo 90% das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário, carta de fiança emitida pelo Salus FIP em garantia do fiel, pontual e cabal pagamento dos montantes devidos ou que possam ser devidas pela Emissora aos Debenturistas, em formato satisfatório aos Debenturistas ("Carta de Fiança FIP").

4.9.6.2. Uma vez apresentada a Carta de Fiança FIP, devidamente registrada, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva solicitação (i) firmar instrumento de liberação de garantias, rescindindo os Instrumentos de Garantia, em formato satisfatório aos Debenturistas; e (ii) tomar as providências necessárias ao aditamento da presente Escritura de Emissão, de forma a evidenciar que as Debêntures passarão a contar com garantia fidejussória.

(b) Garantia Fidejussória

4.9.6.3. As SPEs, neste ato, se obrigam, solidariamente entre si e com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadoras, principais pagadoras e solidariamente (entre si e com a Companhia) responsáveis por todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, nos termos do artigo 822 do Código Civil, incluindo encargos moratórios, devidos pela Companhia nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia, bem como todo e qualquer custo ou despesa (inclusive despesas relacionadas à excussão) necessário comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou dos Instrumentos de Garantia, incluindo honorários e despesas advocatícias ("Fiança").

4.9.6.4. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores,

044597

044597

principais ou acessórios, devidos pela Companhia nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou dos Instrumentos de Garantia. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.

4.9.6.5. Não há preferência quanto à execução da Fiança ou das Garantias Reais, a Fiança e qualquer das Garantias Reais são garantias diversas e autônomas e respondem pelas obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão.

4.9.6.6. A Fiança entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até o pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo encargos moratórios, devidos pela Companhia e/ou pelas SPEs nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia, bem como todo e qualquer custo ou despesa necessário comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou dos Instrumentos de Garantia.

4.9.6.7. Cada uma das SPEs, desde já, concorda e se obriga a, (i) somente após a integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia, exigir e/ou demandar a Companhia e/ou qualquer das demais SPEs em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou dos Instrumentos de Garantia, exceto na medida em que seja necessário para preservar os seus direitos contra prescrição e/ou decadência, mas desde que os efeitos de tal medida não impliquem violação a qualquer disposição relativa ao disposto nesta Cláusula ou interfiram em qualquer direito dos Debenturistas e/ou do Agente Fiduciário em relação ao recebimento de todos os valores devidos aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia e/ou de qualquer das demais SPEs em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou dos Instrumentos de Garantia antes da integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou dos Instrumentos de Garantia, repassar, no prazo de 1 (um) dia útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

044597

Cartório de Registro de Imóveis
2º RDPJ
Município de São Paulo
Circulação

23

044597

mento dos

Cartório dos

2º RTDPJ

devido pela

Arrecadação de

044597

crever os
, mas não

25

044597

OS em
2º RTDPJ
S FIP
escrita

(g) se ocorrer a transferência a terceiros dos direitos e obrigações do Salus FIP, da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, previstos nos Instrumentos de Garantia, nesta Escritura e demais documentos decorrentes desta, sem a prévia concordância escrita de Debenturistas, reunidos em assembleia geral, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

JUCEC

044597

(h) ocorrência de (i) qualquer mudança no controle direto ou indireto do Salus FIP, da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs; (ii) caso o Salus Fundo de Investimento Multimercado ("FIM Salus") deixe de ser cotista exclusivo do Salus FIP; e (iii) qualquer alteração na propriedade do capital social do Salus FIP, da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, direta ou indiretamente, legítima ou por registro, em virtude de lei, por contrato ou de outra forma (cisões, fusões, incorporações (inclusive de ações), aquisições, ou quaisquer reestruturações societárias), incluindo qualquer alteração na participação econômica do Salus FIP, da Emissora e/ou das SPEs, ou ainda na capacidade dos acionistas ou quotistas em votar ou de outra forma direcionar as políticas e negócios do Salus FIP, da Emissora e/ou das SPEs, no que tange às ações ou quotas detidas, salvo mediante anuência prévia e expressa dos Debenturistas, reunidos em assembleia geral, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por centos) das Debêntures em Circulação;



(i) mudança ou alteração do objeto social da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, de forma a alterar as atuais atividades principais, ou a agregar a essas atividades, novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;

(j) não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o desenvolvimento do Projeto (observado o respectivo estágio de implantação do Projeto), bem como para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs que afete negativamente o desenvolvimento do Projeto e o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs;

(k) abandono total ou parcial do Projeto, ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação ou operação do Projeto;

(l) caso não sejam mantidos íntegros e válidos os Instrumentos de Garantia, as Fianças e a Carta de Fiança FIP;

(m) caso a Emissora e/ou quaisquer das SPEs ou ainda qualquer de suas coligadas tenha restrições cadastrais, incluindo, mas não se limitando ao Cadastro de Empregadores, por manter trabalhadores em condições análogas às de escravo;

(n) caso a Emissora e/ou quaisquer das SPEs, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas, reunidos em assembleia geral, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por centos) das Debêntures

044597



(u) caso qualquer uma das declarações e garantias (ou, ainda, qualquer uma das informações nelas previstas) desta Escritura, do Contrato de Financiamento BNDES ou de quaisquer outros documentos a eles correlatos seja inverídica, incorreta, falsa, omitida ou incompleta, em cada data que forem prestadas ou consideradas prestadas;

JUCEC

044597

(v) caso esta Escritura, o Contrato de Financiamento BNDES ou quaisquer outros documentos a eles correlatos, ou qualquer uma de suas disposições substanciais ou, ainda, qualquer direito de garantia neles constituído ou prometido ou o valor de tais direitos sejam, total ou parcialmente, revogados, rescindidos, se tornarem nulos ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor, ou sua legalidade, validade ou exequibilidade seja questionada;

(w) redução do patrimônio líquido do FIM Salus, salvo se o FIM Salus demonstrar que seu patrimônio líquido permanecerá em montante de, no mínimo, R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), exceto mediante anuência prévia e expressa dos Debenturistas, reunidos em assembleia geral, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(x) redução de capital da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, exceto mediante anuência prévia e expressa dos Debenturistas, reunidos em assembleia geral, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(y) relativamente aos Instrumentos de Garantia, Fiança e/ou Carta de Fiança FIP, caso a Fiança, Carta de Fiança FIP, uma ou mais garantias e/ou seus respectivos Instrumentos de Garantia sejam objeto de questionamento judicial pelo Salus FIP, pela Emissora, e/ou por quaisquer das SPEs, e/ou por qualquer terceiro que possa resultar na invalidação, depreciação, inexecutabilidade ou ineficácia das garantias;

(z) medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos do Salus FIP, da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs relacionadas ao Projeto;

(aa) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil;

(bb) caso seja observada a liquidação do Salus FIP e/ou substituição de seus administrador (exceto se realizado dentro do grupo econômico do administrador), sem o prévio consentimento dos Debenturistas, reunidos em assembleia geral, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(cc) (i) exclusivamente no tocante a Emissora, realizar qualquer distribuição de dividendos ou quaisquer outros pagamentos a acionistas; (ii) celebração de mútuos pela Emissora ou pelas SPEs que não sejam entre Emissora e SPEs

JUCEC

044597

e/ou (ii) pagamentos pela Emissora de dividendos e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, caso a Emissora e/ou quaisquer das SPEs esteja inadimplente com suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura;



(dd) celebração de acordos de acionistas, instrumentos de opção, concessão de direitos de preferência ou qualquer outro instrumento que restrinja de qualquer forma, a critério dos Debenturistas, os direitos decorrentes da Alienação Fiduciária de Ações;

(ee) celebração pela Emissora e/ou SPEs de quaisquer contratos, acordos, ajustes, compromissos ou quaisquer atos que tenham por objeto ou como efeito a constituição de garantias e/ou a oneração ou, ainda, a promessa de constituição de garantias e/ou oneração de seus ativos e bens, reais e incorpóreos, presentes ou futuros, salvo se previamente autorizados pelos Debenturistas, reunidos em assembleia geral, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, incluindo, mas não se limitando a operações com as controladoras diretas e indiretas da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs;

(ff) não celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (PPA) e do Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia, em maneira satisfatória aos Debenturistas, no prazo previsto na Cláusula 4.9.1.2 desta Escritura de Emissão; ou

(gg) não obtenção de autorização da CCEE para a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (PPA) no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da sua celebração.

5.4.1.1. Para os fins desta Escritura de Emissão, entende-se por "Efeito Adverso Relevante" (i) qualquer alteração material adversa (a) nos negócios, na condição financeira, nas operações, desempenho, ativos e/ou perspectivas da Emissora; (b) nas condições dos mercados financeiro, de energia e/ou de capitais, em geral; (c) nas condições políticas e/ou econômicas do Brasil, que possa tornar impossível ou desaconselhável o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura; (ii) qualquer evento relevante que impeça e/ou possa impactar negativamente e de forma material o cumprimento das obrigações da Emissora; (iii) quaisquer eventos de natureza política, social, econômica e/ou financeira (inclusive terrorismo), no Brasil e/ou em qualquer outro país, que tenham influência direta e/ou significativa no mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, que não possam ser previstos e/ou evitados e/ou que dificultem e/ou tornem inviável o cumprimento de quaisquer das obrigações que seriam assumidas pela Emissora; (iv) quaisquer modificações legais, regulamentares e/ou normativas relativas ao mercado financeiro nacional, que alterem substancialmente e de forma material os procedimentos jurídicos e/ou operacionais

JUCEC

044597

previstos no Projeto e/ou nesta Escritura; (v) mudanças materiais adversas no ambiente macroeconômico local e/ou internacional e/ou no comportamento dos mercados financeiro, de energia e/ou de capitais nacional e/ou internacional, que possam ter impacto substancial direto e/ou indireto no Projeto e/ou nesta Escritura; (vi) a existência de ação judicial, procedimento administrativo e/ou procedimento arbitral, inquérito e/ou investigação pendente e/ou iminente que possam impactar materialmente e de maneira adversa a Emissora e/ou o Projeto; ou (vii) a existência de qualquer processo, procedimento, pendência, investigação, condenação, sejam judiciais e/ou administrativas, de natureza fiscal, trabalhista, ambiental, financeira e/ou de outra qualquer natureza, perante qualquer pessoa, entidade e/ou órgão, público ou privado, e/ou ente governamental, regulador, administrativo, fiscalizador, na esfera federal, estadual, municipal, distrital, local e/ou similar, sejam pendentes e/ou iminentes, que possam impactar materialmente e de maneira adversa a Emissora e/ou o Projeto.



5.4.1.2. Observado o disposto na Cláusula 5.4.1.3 abaixo, a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, independente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.4.1.3. Na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento previstos nos itens (b) e (e) da Cláusula 5.4.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento, ou do fim do período de cura, conforme o caso, uma Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por Debenturistas representantes de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

5.4.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia à CETIP, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário. Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada nesta Cláusula, além dos respectivos Juros Remuneratórios devidos serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures os Encargos Moratórios,

incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

5.4.3. No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 5.4 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.4.2 acima, no que diz respeito às Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, para que a realização do pagamento ali referido ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Obrigações de Fazer da Emissora e/ou das SPEs: Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e na legislação aplicável, até a observância da integralidade das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora, bem como as SPEs se obrigam a observar o seguinte:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social: (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (ii) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
 - (b) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do fechamento de cada trimestre do ano fiscal, informações financeiras trimestrais da Emissora;
 - (c) mensalmente, encaminhar (i) a composição da carteira do Salus FIP; e (ii) declaração emitida pelo administrador do FIM Salus, confirmando o valor do seu patrimônio líquido, sendo que tais documentos terão caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade do Agente Fiduciário, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo, observado que o Agente Fiduciário deverá encaminhar aos Debenturistas tais documentos sempre que solicitado;
 - (d) informar ou enviar o seu organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada



[Handwritten signature]

JUCEC

044597

("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma de grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;



- (ii) a Emissora atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (iii) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (ii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028, de 02 de abril de 2009;

044597

044597

- (iv) notificar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário sobre a existência de qualquer evento que possa dificultar substancialmente o cumprimento de suas obrigações ou que possa provocar a inadimplência ou descumprimento de suas obrigações decorrentes do Projeto, desta Escritura de Emissão, dos Instrumentos de Garantia, e do Contrato de Financiamento BNDES;
- (v) disponibilizar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer informação com relação ao cumprimento ou descumprimento das obrigações da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs referentes a esta Escritura de Emissão, aos Instrumentos de Garantia, ao Contrato de Financiamento BNDES;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (ix) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das despesas com a contratação e atuação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário;
- (x) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xi) prestar quaisquer esclarecimentos solicitados pelo Agente Fiduciário, pela CVM ou pela CETIP, no prazo de 10 (dois) dias a contar de tal solicitação;
- (xii) informar ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da propositura pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs, ou do recebimento de respectiva citação, notificação de todas as ações e processos perante qualquer tribunal, agência governamental ou árbitro que afetem a Emissora e/ou quaisquer das SPEs e que possam causar uma Efeito Adversa Relevante;



JUCEX

044597

- (xiii) celebrar, no prazo previsto na Cláusula 4.9.1.2 desta Escritura de Emissão, os seguintes instrumentos: (a) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (PPA); e (b) o Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia;
- (xiv) manter em seu quadro acionário, direta ou indiretamente, Mário Araújo Alencar Araripe, com titularidade mínima de 100% (cem por cento) das ações representativas do seu capital social;
- (xv) manter e conservar em vigor (e, nos casos em que apropriado, renovar de modo tempestivo) todas as autorizações, aprovações, licenças, permissões, alvarás e suas renovações, necessárias ao desenvolvimento do Projeto e ao desempenho de suas atividades e/ou de quaisquer das SPEs;
- (xvi) manutenção em vigor das Apólices de Seguro, observadas as condições das apólices atualmente vigentes;
- (xvii) manter a propriedade e não onerar quaisquer ativos da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs que não venham a ser dados em garantia em função das fianças bancárias outorgadas em benefício do BNDES no âmbito do Contrato de Financiamento BNDES, bem como para fins de garantir as obrigações decorrentes da presente Escritura;
- (xviii) cumprir com todas as obrigações socioambientais a que está sujeita por força da legislação socioambiental vigente e com os padrões definidos pelos Princípios do Equador;
- (xix) cumprir com todas as leis, decretos, regulamentos e ordens aplicáveis, bem como todas as restrições aplicáveis impostas por todas e quaisquer autoridades no tocante a suas operações e a detenção de seus respectivos bens;
- (xx) adotar as medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados e relacionados ao Projeto, mantendo, a todo momento, suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, do trabalho e demais órgãos reguladores, em situação regular;
- (xxi) manter em situação regular suas obrigações e/ou as obrigações de quaisquer das SPEs, junto aos órgãos do meio ambiente, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ao Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), durante o período de vigência desta Escritura de Emissão;

JUCEC

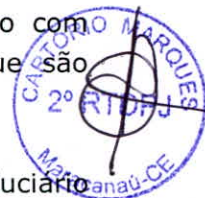
044597

- (xxii) apresentar semestralmente ao Agente Fiduciário um relatório de consolidação das suas atividades socioambientais, bem como das atividades de quaisquer das SPEs, que possuirá caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade deste, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo, e que deverá incluir minimamente: (a) licenças ambientais emitidas ou renovadas no período e o atendimento às suas condicionantes; (b) informações sobre multas e/ou autos de infração recebidos no período; (c) andamento dos programas de monitoramento ambiental (com evolução do programa, resultados obtidos e análise crítica); (d) resultados dos processos de consultas e reclamações do período; (e) relatório de controle ambiental das obras, no qual devem constar as intervenções realizadas, impactos gerados e medidas corretivas/mitigadoras adotadas; incluir ainda, relatórios de gestão de saúde e segurança do trabalho dos funcionários e de terceiros, contendo objetivos, metas e ações corretivas e preventivas definidas para esse estágio do projeto e indicadores quantitativos;
- (xxiii) encaminhar, em até 10 (dez) dias após a assinatura desta Escritura de Emissão, cronograma das atividades previstas na elaboração do Sistema Integrado de Gestão ("SGI") relacionado à observância pela Companhia dos Princípios do Equador, que possuirá caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade do Agente Fiduciário, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo;
- (xxiv) cumprir todas as disposições relativas ao Projeto, aos contratos do Projeto, a esta Escritura de Emissão, aos Instrumentos de Garantia, e ao Contrato de Financiamento BNDES;
- (xxv) manter e conservar em bom estado todos os seus, e/ou de quaisquer das SPEs, bens, incluindo, mas não se limitando a, todas as suas propriedades móveis e imóveis, necessários à consecução do Projeto e seus objetivos sociais;
- (xxvi) manter em vigor a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para viabilizar a operação e funcionamento de suas atividades e das SPEs;
- (xxvii) manter e conservar em vigor (e, nos casos em que apropriado, renovar de modo tempestivo) todas as autorizações, aprovações, licenças, permissões, alvarás e suas renovações, necessárias ao desenvolvimento do Projeto e ao desempenho de suas atividades e/ou de quaisquer das SPEs;
- (xxviii) pagar e quitar todos os tributos, exigibilidades, encargos ou emolumentos públicos incidentes sobre si, seus resultados ou lucros ou sobre qualquer de seus bens, atualmente em vigor ou que, porventura, venham a ser instituídos;

JUCEC

044597

- (xxix) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, exceto com relação àquelas que fazem referência a uma data específica em que são prestadas;
- (xxx) sempre que solicitado, informar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário a posição atualizada de todas as suas obrigações perante os Debenturistas em relação ao Contrato de Financiamento BNDES, aos Instrumentos de Garantia, e/ou ao Projeto, sendo certo que tal obrigação não excluirá, de nenhuma forma, o direito dos Debenturistas de averiguar diretamente, e a qualquer momento, junto ao BNDES, quaisquer informações referentes ao Contrato de Financiamento BNDES, e aos Instrumentos de Garantia; e
- (xxxi) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, a situação financeira da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, e os resultados de suas respectivas operações.



6.2. Obrigação de Não Fazer da Emissora e das SPEs: Adicionalmente às obrigações acima, e em prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na legislação aplicável, até a observância da integralidade das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, exceto nos termos permitidos no Contrato de Financiamento BNDES, a Emissora, bem como as SPEs, se obrigam a não alterar o Contrato de Financiamento BNDES e/ou documentos do Projeto sem prévia anuência dos Debenturistas.


6.3. Obrigações do Interveniente Anuente. Caso seja verificada (i) a necessidade de aportes adicionais de recursos em decorrência de sobrecustos de qualquer natureza no Projeto, ou (ii) caso haja redução no montante esperado para o Contrato de Financiamento BNDES ou para os Financiamentos de Longo Prazo, Salus FIP deverá aportar recursos no Projeto, de forma a cobrir a insuficiência de fontes de financiamento para o Projeto.

6.3.1. Na hipótese de descumprimento pelo Salus FIP de sua obrigação prevista na Cláusula 6.3 acima, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado do envio de solicitação neste sentido pelo Agente Fiduciário, as Partes concordam que tal descumprimento acarretará em vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.3.1 da presente Escritura de Emissão.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão de debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- 
- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
 - (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
 - (iii) aceitar integralmente esta Escritura de Emissão e todas as suas Cláusulas e condições;
 - (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
 - (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
 - (vii) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
 - (viii) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
 - (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
 - (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;

044597

044597

- (xi) que as Garantias Reais prestadas aos Debenturistas serão devidamente formalizadas e registradas nos cartórios competentes, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do inciso IX do artigo 12, da Instrução CVM 28, e serão registradas no(s) competente(s) Cartório(s) de Títulos e Documentos; e
- (xii) que com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea K, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário.



7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar a mesma.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

2 10/6

JUCEC

044597

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCEC, onde será inscrita esta Escritura de Emissão.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

JUCEC

044597

- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.8.1 acima;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização, e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;



2 16

JUL 03

044597

- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões, nos termos do artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede do Coordenador Líder.
- (xv) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório de que trata o item (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;



JUCEC

044597

- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, da ciência, seja por meio de notificação da Emissora neste sentido, seja em decorrência do acompanhamento realizado pelo Agente Fiduciário, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais, sendo certo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xix) disponibilizar, aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o cálculo do valor nominal unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora.



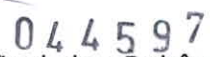
7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, as SPEs e demais garantidores para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios das Debêntures e demais Encargos Moratórios devidos nas condições especificadas;
- (ii) executar as Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos (i) a (iii) da Cláusula 7.5 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos Debenturistas. Na hipótese do inciso (iv) da Cláusula 7.5 acima, será suficiente a deliberação pela maioria dos Debenturistas.

7.7. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar qualquer verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora, ou, ainda, em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões.







044597

deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, exceto por aqueles já previstos na Escritura de Emissão. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.12. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas que representem pelo menos 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas especialmente convocadas para esse fim.

7.13. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, desta Escritura de Emissão e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura de Emissão.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto nesta Escritura da Emissão, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

2 6



JUICE

044597

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8. Exceto se disposto de forma diversa nesta Escritura, quaisquer deliberações, incluindo de alteração nas cláusulas ou condições aqui previstas, serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

8.9. A (i) liberação ou substituição de quaisquer garantias previstas nesta Escritura de Emissão e/ou (ii) exclusão de hipótese de vencimento antecipado ou alteração nas cláusulas ou condições de vencimento antecipado das Debêntures, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.10. As alterações de prazos, valor e forma das Debêntures, a redução das remunerações, bem como a amortização e/ou resgate (além do previsto nesta Escritura de Emissão) dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.11. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto.

8.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* e termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia.

2 0 6

044597

044597



8.13. Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula 8, caso a Emissora e/ou qualquer das SPEs pretenda celebrar aditamentos ou alterações de um dos(as) (a) Contratos para a Venda de Equipamentos; (b) Contrato de Engenharia e Construção Civil; (c) Contrato de Engenharia, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento; (d) Contrato de Engenharia, Construção Civil, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento; (e) Contratos de Apoio às Operações; e (f) Apólices de Seguro, (i) a Emissora notificará o Agente Fiduciário acerca do conteúdo do aditamento ou alteração que deseja fazer e a motivação para tal, (ii) o Agente Fiduciário deverá notificar os Debenturistas em até 1 (um) Dia Útil do recebimento da notificação da Emissora citada no item (i) acima, e (iii) os Debenturistas deverão notificar o Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento da notificação do Agente Fiduciário citada no item (ii) acima para informar se aceitam ou não os aditamentos ou alterações propostas e, conseqüentemente, o Agente Fiduciário deverá informar à Emissora em até 1 (um) Dia Útil a decisão dos Debenturistas.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS SPES

9.1. A Companhia e as SPEs, de forma solidária, neste ato, declaram, cada qual, que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, os Instrumentos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações previstas em tais contratos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora ou por cada uma das SPEs;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão e nos Instrumentos de Garantia têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem seu estatuto social ou qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral vigente nesta data, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de cada uma das SPEs, exceto por

[Handwritten signatures and initials]

JUCEC

044597

aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido nesta data para o cumprimento, pela Emissora ou por cada uma das SPEs, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da ata de AGE que deliberou sobre a Emissão e da Escritura de Emissão na JUCEC e do registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;
- (viii) as demonstrações financeiras da Emissora e de cada uma das SPEs, datadas de 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, quando aplicável, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e de cada uma das SPEs nas datas respectivas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e de cada uma das SPEs. Desde a data das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2013 e até a presente data não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora ou as SPEs, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora ou para as SPEs, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora ou das SPEs, bem como a Emissora ou cada uma das SPEs não contratou novas dívidas;
- (ix) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos nesta Escritura de Emissão;
- (x) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, norma, determinação, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam necessários para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar



JUCEC

044597

ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;



- (xi) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento até esta data, que possa impactar na sua capacidade de pagamento;
- (xii) caso aplicável, cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- (xiii) a Emissora ou as SPEs têm todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora ou as SPEs não foram notificadas acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto para as quais a Emissora ou cada uma das SPEs possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças ou se nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;
- (xiv) a Emissora e cada uma das SPEs possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora ou pelas SPEs, de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xv) a Emissora é legítima proprietária da totalidade do capital social das SPEs, que se encontram livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, não tendo sido dadas em garantia, a qualquer título, de qualquer outra dívida assumida previamente à celebração desta Escritura de Emissão;
- (xvi) os Contratos para a Venda de Equipamentos; Contrato de Engenharia e Construção Civil; Contrato de Engenharia, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento; Contrato de Engenharia, Construção Civil, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento; dos Contratos de Apoio às Operações; bem como as Apólices de Seguro foram devidamente firmados, constituindo obrigações válidas, eficazes, exequíveis e vinculantes de suas respectivas partes contratantes;

20

JUCEC

044597

- (xvii) mantém os seus bens e de suas controladas adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;
- (xviii) inexistente descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, em qualquer dos casos, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures; e
- (xix) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.



9.2. Adicionalmente, Salus FIP declara que:

- (i) é um fundo de investimento em participações devidamente constituído, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e os Instrumentos de Garantia do qual é parte, e a cumprir com todas as obrigações previstas em tais instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia do qual é parte, e o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura e em tais instrumentos não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Salus FIP;
- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura de Emissão e nos Instrumentos de Garantia do qual é parte têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia do qual é parte não infringe seu regulamento de constituição ou qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral vigente nesta data, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais o Salus FIP seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem do Salus FIP, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é

2 D 6

044597

044597

exigido nesta data para o cumprimento, pelo Salus FIP, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto o registro da ata de AGC do Salus FIP que deliberou sobre a constituição da Alienação Fiduciária de Ações e a emissão de carta fiança, no cartório de título e documentos da cidade de Curitiba, Estado do Paraná; e



(vii) é legítimo proprietário de 213.795.990 (duzentas e treze milhões, setecentas e noventa e cinco mil, novecentas e noventa) ações do capital social da Emissora, representativas de 99,90% do capital social total, que se encontram livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, não tendo sido dadas em garantia, a qualquer título, de qualquer outra dívida assumida previamente à celebração desta Escritura de Emissão.

9.3. Adicionalmente, Santa Brígida declara que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, os Instrumentos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações previstas em tais contratos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão e nos Instrumentos de Garantia têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia não infringem seu estatuto social ou qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral vigente nesta data, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de cada uma das SPEs, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é

[Handwritten signature]

JUCEC

044597

exigido nesta data para o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura, das Debêntures e dos Instrumentos de Garantia, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da ARD Santa Brígida na JUCEC;



- (vii) é legítima proprietária de 214.010 (duzentas e quatorze mil e dez) ações do capital social da Emissora, representativas de 0,10% do capital social total, que se encontram livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, não tendo sido dadas em garantia, a qualquer título, de qualquer outra dívida assumida previamente à celebração desta Escritura de Emissão.

9.4. Validade das Declarações. As declarações e garantias prestadas pela Emissora, pelas SPES, pelo Salus FIP e pela Santa Brígida nesta Escritura de Emissão deverão ser válidas e subsistir até o cumprimento integral das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, ficando os declarantes responsáveis por eventuais prejuízos que decorram da inveracidade ou inexatidão destas declarações, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário de declarar vencidas antecipadamente todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula 5.3 acima.

9.5. A Companhia, os Fiadores, Salus FIP e Santa Brígida, conforme o caso, se comprometem a notificar em até 3 (três) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

VENTOS DE SÃO TOMÉ HOLDING S.A.

Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 92

Maracanaú, CE

CEP 61.939-906

At.: Sra. Virna Bezerra Araripe Mullen // Sr. Luis Eduardo Rangel

Telefone: (11) 4084-4200

Fax: (11) 4084-4201

e-mail: virna.araripe@casadosventos.com.br // luis.rangel@casadosventos.com.br

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

JUCEC

044597

Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro CEP 22640-102

At.: Sras Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br



(iii) Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

São Paulo, SP

CEP 03084-010

At.: Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 2797-4204

Fax: (11) 2797-3140

e-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

São Paulo, SP

CEP 04538-132

At.: Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 2797-4204

Fax: (11) 2797-3140

e-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(v) Para as SPEs:

Av. Brigadeiro Faria Lima 2055, 12º andar

São Paulo, SP

CEP: 01452-001

At.: Sra. Virna Bezerra Araripe Mullen // Sr. Luis Eduardo Rangel

Telefone: (11) 4084-4200

Fax: (11) 4084-4201

e-mail: virna.araripe@casadosventos.com.br // luis.rangel@casadosventos.com.br

(vi) Para os Intervenientes Anuentes:

Av. Brigadeiro Faria Lima 2055, 12º andar

São Paulo, SP

CEP: 01452-001

[Handwritten signature]

JUCEC

At.: Sra. Virna Bezerra Araripe Mullen // Sr. Luis Eduardo Rangel

044597

Telefone: (11) 4084-4200

Fax: (11) 4084-4201

e-mail: virna.araripe@casadosventos.com.br // luis.rangel@casadosventos.com.br

(vii) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br



10.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e ao Agente Fiduciário pela Emissora.

10.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia(s) útil(eis)" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados declarados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ou na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente será "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado declarado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou

044597

da ilegal,
s por tal

ilegal.

Marital

police

posições

Brazil

JUCE

044597

dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo presidente da Câmara. Caso as partes não nomeiem conjuntamente os dois árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente da Câmara, que designará um deles para atuar como presidente.



10.8.3 A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas desta Escritura de Emissão e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá o previsto nesta Escritura de Emissão.

10.8.4 A Parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme as o Regulamento.

10.8.5 A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.

10.8.6 A sentença arbitral será proferida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível.

10.8.7 As Partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As Partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 11 (onze) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 13 de junho de 2014.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)


JUCEC

044597

(Página de assinaturas 1/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Ventos De São Tomé Holding S.A.)



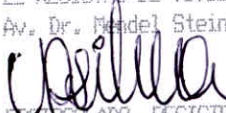
VENTOS DE SÃO TOMÉ HOLDING S.A.


 Nome: **Lucas B. M. A. Araripe**
 Cargo: **CPF: 002.302.633-21**
Diretor


 Nome: _____
 Cargo: **Clécio Antonio Campodonio Eloy**
Diretor

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARA - SEDE**
 CLTIFICADO O REGISTRO EM: 23/06/2014
 SOB Nº: 20140773827
 Protocolo: 14/077382-7, DE 20/06/2014
 Empresa: 23 3 0003330 2
VENTOS DE SÃO TOMÉ HOLDING SA

HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL

 **TÍTULOS E DOCUMENTOS**
 PROTOCOLADO, REGISTRADO E DIGITALIZADO SOB O Nº 44597
 MARACANAÚ/CE, 30 de junho de 2014.
 EMOL. 766,68 FERMOLU 44,35 FERC 3,67 ISS 15,33 TOTAL R\$30,03
 Válido somente com o selo de autenticidade e fiscalização. AF622485



CARTÓRIO MARQUES
 Nayera Kelly de Abreu Silva
 Escrevente Autorizada




JUCEC

044597

(Página de assinaturas 2/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Ventos De São Tomé Holding S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Paulo Luiz Ferreira
Cargo: Procurador






JUCEC


044597

(Página de assinaturas 3/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Ventos De São Tomé Holding S.A.)



VENTOS DE SANTA BRÍGIDA I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.


Nome: _____
Cargo: Mano Araújo Araripe
Diretor Presidente


Nome: Lucas B. M. A. Araripe
CPF: 002.302.633-21
Cargo: Diretor


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 23/06/2014
SOB Nº: 20140773827
Protocolo: 14/077382-7, DE 20/06/2014
Empresa: 23 3 0003330 2
VENTOS DE SÃO TOMÉ HOLDING SA

HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETÁRIO-GERAL


JUCEC


044597

(Página de assinaturas 4/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Ventos De São Tomé Holding S.A.)



VENTOS DE SANTA BRÍGIDA II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.


Nome: _____
Cargo: **Mário Araújo Alencar Araripe**
Diretor Presidente


Nome: _____
Cargo: **Lucas B. M. A. Araripe**
CPF: 002.302.633-21
Diretor




JUCEC


044597

(Página de assinaturas 5/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Ventos De São Tomé Holding S.A.)



VENTOS DE SANTA BRÍGIDA III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.


Nome: _____
Cargo: Mário Araújo Alexcar Araripe
Diretor Presidente



Nome: Lucas B. M. A. Araripe
Cargo: CPF: 002.302.633-21
Diretor

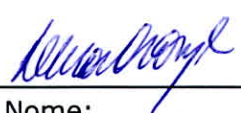
00000

044597

(Página de assinaturas 6/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Ventos De São Tomé Holding S.A.)

VENTOS DE SANTA BRÍGIDA IV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.


Nome: _____
Cargo: Mário Araújo Alencar Araripe
Diretor Presidente


Nome: _____
Cargo: Lucas B. M. A. Araripe
CPF: 002.302.633-21
Diretor






JUCEC


044597

(Página de assinaturas 7/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Ventos De São Tomé Holding S.A.)



VENTOS DE SANTA BRÍGIDA V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.


Nome: _____
Cargo: Mário Araújo Alencar Araripe
Diretor Presidente


Nome: _____
Cargo: Lucas B. M. A. Araripe
CPF: 002.302.633-21
Diretor



JUCEC

044597

(Página de assinaturas 8/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Ventos De São Tomé Holding S.A.)



VENTOS DE SANTA BRÍGIDA VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

Cargo: Mário Araújo Alencar Araripe
Diretor Presidente

Nome:

Cargo: Lucas B. M. A. Araripe
CPF: 002.302.633-21

Diretor

2


JUCEC

044597

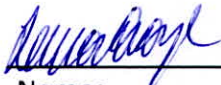
(Página de assinaturas 9/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Ventos De São Tomé Holding S.A.)



VENTOS DE SANTA BRÍGIDA VII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.



Nome: Mário Araújo Alencar Araripe
Cargo: Diretor Presidente



Nome:
Cargo: Lucas B. M. A. Araripe
CPF: 002.302.633-21
Diretor



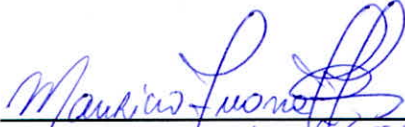
JUCEC

044597

(Página de assinaturas 10/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Ventos De São Tomé Holding S.A.)

SALUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES





Nome: MAURICIO ZUCCHI

Cargo: SUPERVISOR

Nome:

Cargo:

26

044597

VENTOS DE SANTA BRÍGIDA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome: Lucas B. M. A. Araripe
Cargo: CPF: 002.302.633-21

Nome: Clecio Antonio Campodonio Eloy
Cargo: DIRETOR
CPF 294.276.495-34



6

2



JUCEC

044597

(Página de assinaturas 12/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Ventos De São Tomé Holding S.A.)



TESTEMUNHAS:

1. Marcello M. Pomílio
Nome: MARCELLO MAMMOCCI POMÍLIO
RG: 37.697.551-11

2. [Signature]
Nome: Gabriel Dias Tenório de Amorim
RG: 4916487

62 22

JUCEC

044597

ANEXO I
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
DE BENS MÓVEIS EM GARANTIA



2
4 R